

RESENHAS

SILVA, Martiniano José. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.

Maria Lemke Loiola*

A história de Goiás tem recebido diversos enfoques nos últimos anos. Em sua maioria são provenientes de pesquisas realizadas no âmbito dos cursos de pós-graduação, destacando-se entre eles o Programa em História da UFG. Entretanto, poucos têm-se aventurado pelos caminhos de Goiás colonial, pouquíssimos aos estudos da escravidão. Por isso, as pesquisas que despontam nessa linha se tornam relevantes para a história regional. Talvez o estado precário de alguns arquivos e a dispersão das fontes possam, em parte, explicar o escasso número de estudos voltados para esse período e temática.

Contudo, é possível contornar esse problema. Martiniano José da Silva mostra em *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava* que jornais, relatórios de crimes, inventários, pesquisas bibliográficas regionais e mesmo a oralidade podem trazer importantes contribuições para um tema ainda pouco estudado como o dos quilombos.

Este livro é tão extenso quanto os recortes temporal e espacial a que o autor se propôs a abranger. As 521 páginas, divididas em cinco capítulos, pretendem apreender os quilombos como unidade básica de resistência à violência da escravidão no Brasil Central. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Triângulo Mineiro têm suas similitudes e especificidades escravistas apresentadas entre os anos de

* Bacharel e licenciada em história pela UFG.
E-mail: marialemke@pop.com.br

1719 e 1888. Tudo isso resultou de pesquisa do advogado Martiniano durante o mestrado em História na UFG em 1998. Porém, o tema da escravidão e da resistência escrava já o inquietava há algum tempo. Em 1974 editou *Sombra dos quilombos* e, em 1985, *Racismo à brasileira: raízes históricas*. Publicou ainda outros títulos, inclusive literários.

Nessa obra, os fenômenos da violência e a resistência escrava são tratados como parte de um processo inerente ao sistema escravista, constituído, assim, de historicidade. É essa tessitura que o leitor perceberá nas páginas iniciais quando o autor intenciona mostrar a origem, os significados e a dinâmica dos quilombos no Brasil e nas Américas para, posteriormente, enveredar pelas especificidades dos quilombos do Brasil Central.

A quilombagem é analisada como componente de identidade, sobretudo política, numa perspectiva teórica perante o racismo, que, para Silva, foi difundido com o mito da “democracia racial”, na clássica obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Defende a implantação da disciplina História da África nas escolas para levar à sociedade “conhecimentos mais profundos de sua ancestralidade africana”. Questiona os porquês de tanta demora em se estudar a procedência africana, sua origem étnica e outros temas relativos à escravidão. Conclui que a carência de estudos decorre do “disfarçado mas acentuado racismo assimilado entre as elites, inclusive entre proeminentes intelectuais” (p.118). Mais ao final, afirma que esse descaso é “[...] comum na historiografia brasileira, fortemente assimilada de velho paradigma ‘eurocêntrico’, vale dizer, racista [...]” (p. 273).

Sobre os problemas decorrentes da forçada travessia do Atlântico, diz que “[o escravo] já chegava da África desestruturado de sua tribo. A bem dizer, destribalizado, perdendo, assim, a religião, a língua, a arte, os costumes, inclusive a alma e o nome [...]” (p.77). Essa visão parece um pouco extremada. Embora os africanos tenham passado por violento processo de adaptação social e cultural, não é possível concordar que tivessem perdido tudo, como sugere o trecho. O próprio autor, ao se referenciar na cultura dos remanescentes de quilombos, apontará muitas características culturais trazidas da África. Entre elas estariam o culto aos ancestrais e a importância dada às cerimônias fúnebres (p. 135).

Silva se queixa da falta de estudo que esclareça a procedência étnico-cultural africana em Goiás. Entretanto, mesmo sem ter pesquisado

nas fontes que poderiam elucidar a questão, mas ancorado em Arthur Ramos e em alguns historiadores locais, é possível concluir que aqui houve predominância bantu. Caberia salientar que essa pesquisa, principalmente a de Gilka Salles, na qual baseia sua afirmação, é pontual. A autora investiga mais enfaticamente os livros de registros de batismo de Meia Ponte.¹ Por isso, não se pode estender à toda a Capitania o possível domínio bantu.

Da mesma forma, um trabalho que investigasse mais profundamente as etnias africanas escravas em Goiás evitaria equívocos como os da página 136, em que a categoria “cabra”, relativa à cor/miscigenação, é tratada como etnia/nação africana. Livros de batismo de escravos, aliados a noções de culturas mais dinâmicas, poderiam esclarecer a procedência dos grupos escravos em Goiás.² Assim, pode-se dizer que a polêmica continua e a pergunta do próprio Silva se mantém imperiosa.

Mas, voltemos à questão central do livro. Sempre enfatizada, a violência teria permeado muito mais que as relações de trabalho. Os sinais da violência expressos nos corpos de escravos mutilados, marcados a ferro quente, bem como a dizimação completa de populações autóctones, fartamente descritos, seriam ao mesmo tempo indicativos da resistência escrava e do nível da institucionalização da violência na sociedade.

A pena de morte seria outro recurso bastante utilizado para dominar os indômitos fujões. Silva cita vários exemplos de escravos sentenciados à morte e evidencia esse costume no Brasil Central. A prática da violência seria mesmo a tônica da Capitania. Senhoras de escravos teriam se imposto mediante crueldades inimagináveis (p. 249-254).

Entre estes e outros fatores, a fuga para os quilombos se tornaria a alternativa mais empregada contra “[...] os suplícios, as mutilações físicas e as durezas do trabalho das minas nas quais eram cruelmente castigados e maltratados [...] sem direito à pausa ou ‘distração’, de horas sem fim” (p. 201). Repete Palacín, para o qual esses elementos condicionariam a vida útil do escravo a apenas sete anos.

Apesar de narrar tantos casos de violência, sobretudo no trabalho, o autor sugere que escravos faziam “hora extra” para conseguir comprar a liberdade (p. 341). Considero pertinente questionar essa assertiva. Se o trabalho na mineração e agropecuária foi marcado pela violência e forte vigilância, como o autor argumenta veementemente, em que medida haveria forças físicas para uma segunda jornada de trabalho?

Essa suposição do autor possivelmente decorra da constatação de que grande número de escravos comprou sua liberdade através da coação.³ É sem dúvida algo relevante para desmistificar a velha idéia de que a liberdade foi concessão de senhor benevolente. Contudo, há de se ressaltar que o escravo coartado se tornava liberto apenas após o pagamento integral da dívida.⁴

A escrava Vicência teria lançado mão desse artifício para comprar sua liberdade. As prestações somariam quase um conto de réis (p. 320). Que meios empregou para obter esse montante? Seria Vicência uma “negra de ganho”? Venderia quitutes na praça? Não é intuito desse livro de Martiniano Silva investigar a origem dos bens adquiridos por escravos. Contudo, são questões que atiçam a curiosidade do leitor. Uma análise dessas estratégias poderia, quiçá, trazer algumas respostas sobre a transição social da condição escrava para a de liberdade.

Da mesma forma, um estudo acerca das associações dos quilombolas com escravos urbanos, rurais, e mesmo com os autóctones, poderia indicar com maior contundência o nível de organização escrava, tal como teriam feito os escravos do arraial de Pilar em tentativa de insurreição durante uma festa religiosa, em aliança com os quilombolas da região (p. 349-350).

Assim, Silva reitera que não se trata de interpretar a vitória de um ou outro quilombo, mas de “analisar a quilombagem como um *continuum* de desgaste permanente às forças sociais, culturais, políticas e econômicas da escravidão e seus valores” (p. 351).

Para demonstrar a amplitude do movimento da quilombagem são enumerados diversos desses refúgios de liberdade. Entre outros fatores que explicariam essa presença marcante estariam: o tráfico acentuado de escravos, a violência, o grande número de descobertos. Mesmo com o intuito de localizar e quantificar os quilombos em Goiás e em outras capitânicas, o autor adverte que destacou somente os principais e alerta para a provável existência de um número muito maior.

Esse é um aspecto sintomático da pesquisa, pois há de ser considerado que muitos desses refúgios foram completamente dizimados e seria tarefa da arqueologia histórica fazer um levantamento pormenorizado dos lugares onde se encontravam. Um mapa no início do livro procura apontar a localização dos quilombos que existiram no Brasil

Central, dando uma idéia de onde se situavam, bem como de suas comunidades remanescentes.

Vários quilombos são referenciados a partir da história oral, como é o caso dos Calunga, do Vão do Paranã. Os primeiros documentos a informar sobre a existência de quilombos na região datariam de 1760, apesar de terem sido eles contactados apenas no século XX. O acesso difícil ao local seria o componente que possibilitou a manutenção de seus costumes e tradições por tanto tempo. Algumas fotografias ilustram o cotidiano desses remanescentes, que, culturalmente, pouco teria sido alterado ao longo de duzentos e quarenta anos.

Outro grupo que também recebeu importância são os chamados “negros de Cedro”, do município de Mineiros. A provável organização desse quilombo dataria da década de 1860. Francisco Antonio de Moraes, “Chico Moleque”, teria comprado sua liberdade, a da mulher e a da filha e, mais tarde, as terras do quilombo, mediante escritura de compra e venda. Esse fato atestaria as características *sui generis* do quilombo do Cedro.

É também dessa região que o autor fornece um dado importante, que, em princípio, desmente a concepção historiográfica, bastante difundida em salas de aula de que, à época da assinatura da Lei Áurea, já não havia mais escravos a serem libertos em Goiás. De acordo com sua pesquisa, em cartório de Jataí, haveria escravos entre bens inventariados no ano de 1896 (p. 415). Todavia, por se pautar em apenas um inventário, não está claro se se trata de caso isolado ou recorrente na região. Fica a incerteza. Talvez relatos de descendentes de escravos na região pudessem elucidar esse ponto.

Ouvir falar da escravidão a partir da voz dos filhos, netos e bisnetos de escravos é um recurso pouco empregado pela historiografia. É, sem dúvida, uma perspectiva metodológica que permite ampliar as possibilidades interpretativas sobre o tema. Por outro lado, boa parte da pesquisa foi fundamentada em bibliografia, a maioria das fontes citada é de segunda mão, de pesquisas já realizadas, principalmente para a análise da escravidão na Capitania de Mato Grosso, na região norte de Goiás colonial, e para o período setecentista de Goiás. Provavelmente, essa escolha decorreu da abrangência do corte espacial e temporal e, talvez, do período reduzido para construir sua pesquisa.

Com isso, o leitor notará que a maioria dos crimes contra escravos e cometidos por estes é citada a partir do século XIX. Possivelmente, essas descrições tenham-se tornado mais numerosas devido ao tipo de fonte. Crônicas de viajantes e naturalistas como Pohl, Saint Hilaire, Eschwege e D'Alincourt são as mais empregadas, sobretudo no quarto capítulo, no qual a violência é enfaticamente discutida (p. 191-249, principalmente). As notícias do *Matutina Meyapontense* e *Província de Goyaz*, jornais do século XIX, reiteram a abrangência da violência.

É pena que Silva aponte poucos exemplos da arte e *savoir faire* desenvolvida por alguns cativos, como fez o escravo do Doutor Vander, que, ao fugir, saiu dizendo que seguia para a capital a mando de seu senhor (p. 248). Brindar o leitor com maior número dessas estratégias permitiria uma interpretação mais dinâmica e profunda da resistência escrava. O escravo se rebelava de formas menos violentas, como a sabotagem ao trabalho, por exemplo. Dessa forma, não se pode pensar que a “fuga era o primeiro estágio da consciência rebelde” (p. 457). Outros métodos devem ser analisados como componentes da resistência. Aqui, vale a máxima de Gorender: adaptação não significa passividade.⁵

Se, por um lado, o livro pouco explora outras estratégias da resistência escrava, como as sociabilidades e as artimanhas cotidianas, para minimizar o sofrimento do cativo, por outro, levará o leitor à reflexão de que muitos problemas dos descendentes de escravos perpassam longos séculos. Dar voz aos descendentes de escravos não implica apenas questão metodológica, implica também uma denúncia de que muitos problemas sociais têm raízes profundas. E continuam a ser enfrentados com a mesma luta por milhares de brasileiros,⁶ tal como outrora.

Notas

1. SALLES, Gilka V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1992. p. 230.
2. Apesar de esparsos, ainda existem muitos livros de registros de batismos de escravos à espera de investigação em Goiás. Marisa Soares desenvolve, no Rio de Janeiro, uma interessante pesquisa sobre a procedência escrava, balizando-se em livros de batismos de escravos, rediscutindo a clássica controvérsia acerca da proeminência de sudaneses ou bantus. Segundo a

autora, trata-se antes de repensar o conceito de cultura subjacente ao tema, pois nesse estudo devem ser consideradas as recriações culturais, posto que a cultura africana sofreu modificações, adaptações de diversas formas e graus ao entrar em outro continente. Cf. as seguintes obras da autora: SOARES, Marisa de C. Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 161, p. 71-94, 2000; Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, dez. 1998.

3. A coartação consistia na compra parcelada da liberdade mediante o acerto prévio com o senhor acerca do tempo em que uma certa quantia deveria ser paga.
4. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
5. Idem.
6. O Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga) da Universidade de Brasília (UnB) localizou 2.228 territórios de remanescentes de quilombos no Brasil. Contudo, apenas setenta têm suas terras reconhecidas pelo Governo. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0505-18.htm>>. Acesso em: 12 maio 2005.